

## **GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO: O DIAGNÓSTICO SOCIOESPACIAL COMO MECANISMO PARA UM AMBIENTE DE APRENDIZAGEM RESPONSÁVEL**

**Alessandra Marques de Lira<sup>1</sup>**

### **Introdução**

Sendo a educação brasileira predominantemente influenciada pela pedagogia tradicional, cujas características incluem a transmissão de conteúdos e a centralidade no professor (LIBÂNEO, 2017), uma experiência pedagógica que viabilize uma formação consciente, crítica e universal é um dos grandes desafios dos professores. Na escola, o conhecimento antes construído pela experiência empírico-cognitiva, passa a ser racionalizada, distanciando-se do aprendiz, pois a compreensão do ser humano como sujeito no espaço, em suas múltiplas determinações, perde-se entre conceitos e paredes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu Art.12, inciso VI, dispõe sobre ser responsabilidade dos estabelecimentos de ensino “articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola”, tendo o professorado o papel de “colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade” (BRASIL, 1996). Esta diretriz é ratificada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que apresenta, como componente importante à construção do Projetos Pedagógicos (PPs), o item *contextualização histórica e caracterização*, cujo objetivo é compreender aspectos físicos, socioeconômicos, históricos e culturais da cidade e/ou bairro, da comunidade escolar, da estrutura física da unidade escolar e informações sobre os profissionais e alunos, com o intuito de se identificar pontos fortes e/ou fracos e definir prioridades (BRASIL, 2017).

O Novo Ensino Médio (BRASIL, 2017), com destaque aos Itinerários Formativos, também exige uma reorientação dos espaços e das práticas escolares, tencionando uma proposta de autonomia para o estudante para aprofundamento em áreas de seu interesse, de maneira que cada unidade escolar precisa conhecer os anseios dos jovens da comunidade e oferecer um currículo atrativo.

Neste sentido, investigar as problemáticas que levam ao fracasso escolar, de fora para dentro do ambiente escolar, não só é fundamental para o desenvolvimento da formação cidadã, mas ainda requisito ao cumprimento das legislações educacionais. E a ciência geográfica pode facilitar!

Este trabalho, resultado do Estágio Supervisionado II (ESII), realizado entre os meses de fevereiro e junho de 2018, pelo curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), busca revelar como a elaboração de um diagnóstico socioespacial personalizado, com a participação dos professores de geografia, pode contribuir para a transformação de realidades escolares problemáticas, visto que os licenciados em

---

<sup>1</sup> Mestranda em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professora de Geografia na Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas (SEDUC-AM). ale.marqueslira@hotmail.com



Geografia possuem competências para compreender os processos que constroem o fazer pedagógico, mas também para analisar elementos socioespaciais que interferem nestes, viabilizando, assim, à elaboração de PPs ajustados à cada unidade escolar.

A investigação qualitativa em educação perpassa três etapas: exploração, decisão e descoberta; sendo a primeira o momento em que o pesquisador deve definir e selecionar as problemáticas e o local do estudo, a segunda é a busca pela sistematização do processo por meio da busca pela compreensão e interpretação dos fenômenos observados e, por fim, a terceira etapa que consiste em “encontrar os princípios subjacentes ao fenômeno estudado e de situar as várias descobertas num contexto mais amplo.” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

A escolha desta instituição se deu pela facilidade de acesso e por estar localizada em um bairro tradicionalmente conhecido por sua vulnerabilidade socioeconômica e estigmatização, o que, sobremaneira, impacta o ambiente escolar. Por meio de entrevistas semiestruturadas, observação direta (anotadas em diários de campo e registros fotográficos) e análise de dados qualitativos e quantitativos, buscou-se compreender como se constituem as estruturas do bairro, os aspectos humanos e socioeconômicos da comunidade escolar. A partir da observação das experiências pedagógicas nas aulas de Geografia, com a professora titular, e as experiências de regência, foi possível vivenciar o processo ensino-aprendizagem, dos estudantes do 2º ciclo do Ensino Fundamental, e reconhecer as possibilidades do diagnóstico socioespacial na educação.

Primeiramente, apresentaremos o diagnóstico socioespacial, contendo os aspectos geográficos que compõe o ambiente da escola selecionada; em seguida, uma descrição das práticas elaboradas, a partir deste mecanismo, destacando resultados, impressões e possibilidades, para, por fim, discutindo os dados e fatos observados, evidenciar como a produção de um diagnóstico socioespacial, mediado pelo professor de geografia, pode auxiliar a construção de um ambiente de aprendizagem responsável para uma educação crítica e para a cidadania.

## **1. O diagnóstico**

### **1.1. Identificação da comunidade na qual a unidade escolar está inserida**

Localizado a margem esquerda do Rio Negro, a montante da cidade de Manaus (AM), o Bairro Compensa (Figura 1) é marcado por seu pioneirismo na luta por moradia urbana na capital amazonense. Estruturado a partir de um processo gradual de ocupações, seu histórico de resistência tem início entre os anos de 1978 e 1979, quando dos conflitos pelas terras da *viúva do Borel*.

Oscar Borel, proprietário de um dos dois sítios que correspondiam ao território que hoje compreende a maior parte do bairro, estando à beira do rio, adquiri um segundo sítio quando, na Segunda Guerra Mundial, o proprietário original foi obrigado a deixar o Brasil em virtude de sua nacionalidade alemã. Destarte, a família Borel passa a possuir as duas glebas, denominados sítios Flores e Caxias. Na ocasião de sua morte, em 1968, a área passa a ser ocupada por famílias em vulnerabilidade socioeconômica, muitas advindas dos flutuantes desapropriados por portos recém-construídos. Em 1969, já eram aproximadamente três mil famílias, um contingente de 12 mil pessoas (FIGUEIREDO, 2008, p. 27).

A década de 70 foi marcada por lutas judiciais, possibilidades de despejo, a criação de associações para o fortalecimento comunitário (como a Associação dos Moradores da Compensa – AMC), parcerias com a Comunidade Eclesial de Base, a construção de outros estaleiros, que atraíram mais trabalhadores para o local, e o crescimento vertiginoso do bairro,

sendo a maior parte de moradores de baixa renda que, por inúmeros motivos, perderam suas moradias ou nunca a possuíram. A viúva do Borel perdeu as ações judiciais, não recebendo qualquer compensação por parte do governo pelas terras perdidas e, até 2008, morava em uma pequena casa no bairro.

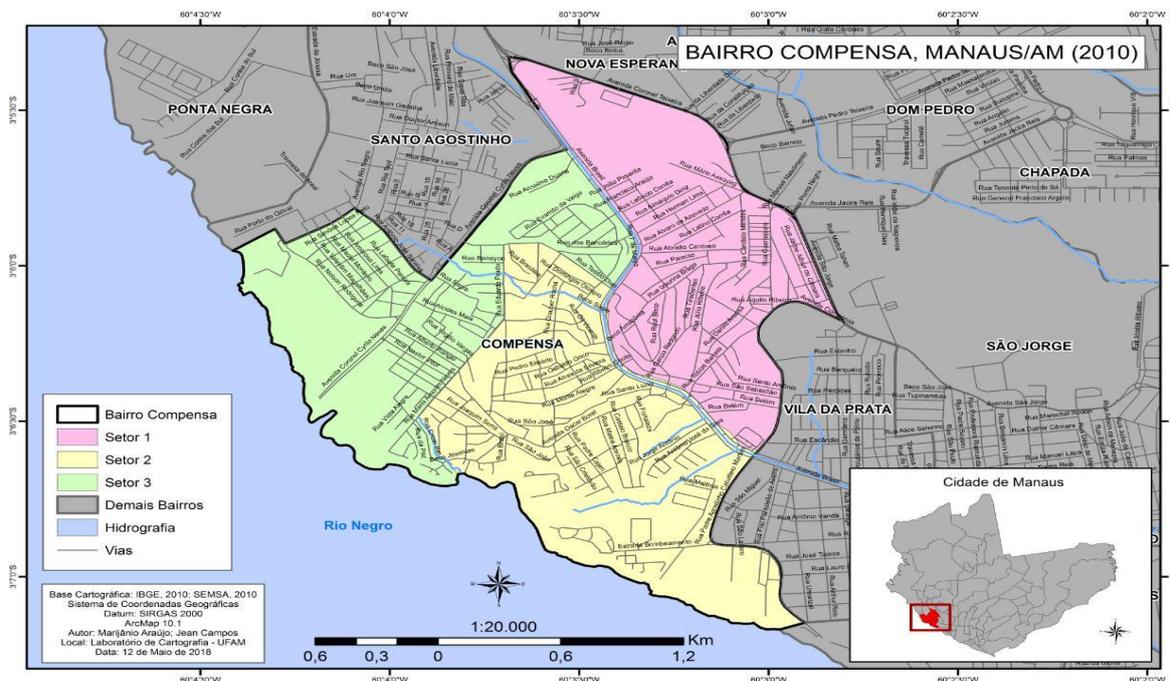


Figura 1 – Mapa de localização do bairro Compensa.  
Fonte: IBGE, 2010; SEMSA, 2010. Autoria: Marijânio Araújo; Jean Campos, 2018.

Atualmente, o bairro é dividido em três etapas: Compensa, Compensa II e Compensa III, sendo a área à beira rio subdividida entre a Vila Marinho e a Comunidade Meu Bem, Meu Mal, também conhecida como Ponta do Ismael. Uma espécie de periferia do próprio bairro (GUGLIELMINI, 2005). Na comunidade de palafitas da Ponta do Ismael, a segregação imposta pelas empresas portuárias e pelos outros moradores da terra firme é observável. Outro contraste é a proximidade com áreas mais abastadas, como a Ponta Negra (balneário turístico na cidade) e áreas de concentração de órgãos públicos, como a avenida Brasil.

A Compensa está entre os quatro bairros, quais sejam Cidade Nova, Novo Aleixo e Jorge Teixeira, com densidade populacional maior do que 85.000 mil habitantes (SEPLAN-CTI, 2015), representando 1/3 ou 29,9% da concentração de habitantes da Zona Oeste de Manaus (SSP-AM, 2013). No entanto, equipamentos urbanos de assistência e lazer ainda são ineficientes e insuficientes.

Segundo mapeamento realizado e disponibilizado pela Manaus Ambiental (2018), empresa responsável pelo serviço de esgoto na cidade, o bairro não possui cobertura, um dos fatores que resultou, em 2016, nos dados alarmantes obtidos pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), segundo a qual a Compensa figurou entre os bairros com o maior número de casos de Zika Vírus notificados naquele ano (um número entre 101 e 230), onde aparecem novamente os bairros Cidade Nova e Jorge Teixeira.

O Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010) mostra que a Compensa é o segundo, entre dez bairros, com a maior concentração de óbitos de crianças menores de um ano, na cidade de Manaus, os quais juntos concentram 50% das mortes no estado nesta faixa etária. É possível considerar que as condições de salubridade sejam um dos motivadores deste lamentável índice.

Outrossim, a infraestrutura do bairro conta com serviços urbanos públicos como transporte, abastecimento de água e luz, escolas, delegacias e serviços de pronto atendimento, como o Serviço de Pronto Atendimento (SPA) Joventina Dias, localizado ao lado da Escola Estadual Waldemiro Lopes Lustoza. Abriga também o Complexo de Produção da Ponta do Ismael, zona Oeste, responsável por 80% do abastecimento de água da cidade de Manaus.

A população é predominantemente composta por trabalhadores assalariados, pequenos comerciantes, trabalhadores autônomos e informais. Pela manhã e ao final da tarde, início e término do horário comercial, o fluxo de pessoas e veículos é intenso. Há pequenos empreendimentos, portos e um grande estaleiro da Companhia de Navegação da Amazônia (CNA) (atua na fabricação e manutenção de embarcações), os quais são responsáveis pela geração de alguns empregos locais.

Cumprir colocar a renda e as problemáticas ocasionadas pelo tráfico. Na Compensa II, a família do Zé Roberto, integrante da Família do Norte (FDN) (facção criminosa com conexões em todo o país), é muito conhecida pelos moradores e tem uma parte dos seus integrantes envolvida com a atividade. No ano de 2016, uma ação conjunta do Departamento de Repressão ao Crime Organizado (DRCO), Departamento de Investigação sobre Narcóticos (Denarc), Grupo Força Especial de Resgate e Assalto (FERA) e da Secretaria-Executiva-Adjunta de Inteligência (SEAJ), capturou Luciano da Silva Barbosa, de 27 anos, filho do Zé Roberto da Compensa, como é conhecido.

Segundo a SSP-AM (2016), duas operações realizadas nos bairros Compensa e Novo Aleixo, as quais estavam em curso desde 2015, colocavam a família de Zé Roberto, em destaque seu filho, como figuras centrais do crime organizado na cidade. Para os agentes do Departamento de Inteligência, o narcotráfico é o principal vetor para outras atividades ilícitas, deixando os locais em que se concentra em estado de extrema vulnerabilidade. Resta à população que não é contemplada pelas oportunidades de emprego ou que não se envolva com a ilegalidade, buscar uma colocação no mercado de trabalho distante do bairro e lidar com as inseguranças deste território em conflito. A formação socioideológica acerca do bairro, difundida até mesmo em outras regiões da cidade, acaba marcada pela violência urbana. Este fato se deve ao passado de disputas territoriais pelo controle do tráfico de drogas e sua atual organização neste espaço.

Mas não podemos ignorar as contradições, pois como “um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual” (SANTOS, 2008, p. 153), o espaço é o resultado de processos combinados, de forças, em sua maioria, antagônicas, coercitivas e impostas do interior e do exterior de uma sociedade. Porém, essa multipolarização, não anula a ação dos indivíduos, que por sua vez são produtores e consumidores de espaço e relações. Neste sentido, a vida no bairro inclui batalhas de rap e hip hop, populares entre os jovens; bailes com bandas pé de serra; grande movimentação em bares e lanchonetes noturnas, dentre outras atividades de cultura e lazer. Apesar de não contar com praças e parques, há dois espaços para a prática de esportes, principalmente futebol: o Centro Social Urbano (CSU) e com o Centro de Convivência (CDC), além das ruas menos movimentadas, que qualquer par de chinelo ou tijolo transforma em campo.

## 1.2. Caracterização da unidade escolar

### 1.2.1. Histórico

Integrada a 4ª Coordenadoria Distrital de Educação, da Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEDUC), a qual administra outras trinta e quatro escolas, além CETAM Padre Stelio Dalisson, a Escola Estadual Waldemiro Peres Lustoza está localizada (Figura 2) na Rua Alberto Rangel (popularmente conhecida como rua T 6), número 33, Compensa III, Bairro Compensa, Zona Oeste de Manaus.



Figura 2 - Localização da Escola Estadual Waldemiro de Peres Lustoza  
Fonte: Google Earth, 2018. Autor: Lira, 2018.

Fundada em 1986, pelo Decreto Lei nº9323 de abril do mesmo ano, esta unidade escolar é nomeada em homenagem, prestada pelo então governador Gilberto Mestrinho, ao empresário nascido em 1917. Dentre seus feitos, foi um dos fundadores do Banco do Estado do Amazonas S/A, conselheiro do SESI, SENAI e do Projeto Rondon; foi homenageado com as medalhas Amigo da Marinha e do Colégio Militar de Manaus, agraciado pela FIEM e ENAPES como Empresário do ano e pela Organização Informativa da Imprensa Brasileira com Honra ao Mérito.

Inicialmente, a instituição contava com apenas oito salas de aula, passando por uma reforma, em 1988, no governo de Amazonino Mendes, ampliando para mais quatro salas de aula e uma sala de professores. Hoje possui dez salas de aula, sala dos professores, do suporte pedagógico, da gestão e Sala de Recurso; secretaria, biblioteca, quatro banheiros, sendo dois para alunos e dois para servidores; despensa para materiais de uso escolar e manutenção, uma cantina com cozinha industrial, quadra poliesportiva coberta e pátio de convivência.

Funciona nos três turnos (matutino, vespertino e noturno) atendendo aos 4º e 5º anos do primeiro ciclo do Ensino Fundamental, todo o segundo ciclo, Ensino Médio e Projeto Avançar Fases 3 e 4. Possui Atendimento Especializado Educacional (AEE) em contraturno,



que atende não só o corpo escolar, como também estudantes de outras instituições da SEDUC e da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Atualmente contam com 1265 estudantes, quais seja: a) 410 no matutino, b) 450 no vespertino e c) 405 no noturno, dos quais doze estão na proposta inclusiva de educação, definida na Lei Brasileira de Inclusão – LBI, de número 13.146/15.

### **1.2.2. Estrutura administrativa e organizacional**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº9.394/96, prevê em seu artigo 206, inciso VI, “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”, a qual busca atender ao artigo 2º da Constituição Federal que define os princípios e fins da educação nacional. A elaboração do Projeto Político-Pedagógico é, portanto, o momento em que a comunidade, profissionais e estudantes participam da gestão educacional. No entanto, segundo Ribeiro (2007), a gestão democrática nas instituições públicas de ensino ainda não estabeleceu processos adequados a sua prática e ainda quando há êxito perdem-se na inabilidade de se estabelecer relação entre o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e a realidade pedagógica.

O PPP da E.E. Waldemiro Peres Lustoza foi construído coletivamente, segundo informado pela gestão, e tem como prerrogativa a construção das diretrizes pedagógicas de maneira democrática, enfocando favorecer um ambiente de aprendizagem para a superação dos conflitos. Sua metodologia considera o conjunto de fatores socioambientais (a realidade de um bairro em vulnerabilidade), com vistas o enfrentamento dos aspectos negativos e valorização dos positivos.

No aspecto físico-ambiental, está bem suprida de materiais didáticos (como globos terrestres, livros, quadros brancos, materiais esportivos e jogos educativos), ar-condicionados em todas as salas, impressoras para uso administrativo; possui um retroprojetor e dois computadores, os quais podem ser utilizados quando reservados pelos professores. Contudo, com exceção do projetor, estes materiais permaneceram intactos durante o período deste estágio.

A internet, tanto para os professores quanto para a secretaria é instável, fazendo com que muitos deles precisem utilizar internet móvel particular para realizar as atividades cotidianas. Internet para os alunos é inexistente. Quanto à acessibilidade, o espaço não é adaptado para atender pessoas com deficiência física, pois não há acesso a quadra esportiva e os banheiros são estreitos e sem adaptação para cadeirante ou pessoa com mobilidade reduzida, no entanto, é possível ao estudante com deficiência acessar as outras dependências.

### **1.2.3. Aspectos humanos**

O quadro de profissionais da instituição estava completo no período da realização desta pesquisa, com exceção de dois afastamentos por motivos de saúde. No período matutino, a maior parte dos professores possuem a carga horária integralmente na instituição, o que facilita a interação e a sensação de pertencimento à comunidade escolar. Percebe-se que todos possuem profundo conhecimento do corpo estudantil, uma característica importante à construção de um ambiente facilitador da aprendizagem. Abaixo (Quadro 1) está relacionado os profissionais do corpo escolar.

Na entrada, a recepção dos estudantes fica a cargo do vigilante, cuja simpatia é reconhecida por todos. Um portão gradeado separa a entrada da escola e as demais dependências. Duas secretárias atendem as demandas internas e externas. Todos os dados quantitativos foram fornecidos por elas.

### Quadro 1 – Profissionais que integram o corpo escolar

Função	Quantidade total
Gestora	1
Pedagoga (o)	3
Professor (a)	52
Suporte pedagógico	4
Técnicos administrativos	5
Bibliotecária (o)	3
Vigia	3
Auxiliar Geral	3
Merendeira (o)	3

Fonte: Quadro informativo da E. E. Waldemiro P. Lustoza e entrevistas.  
Org: Lira, 2018

As auxiliares de limpeza realizam suas atividades entre um turno e outro, além de auxiliarem a merendeira nos intervalos das turmas. Segundo a cozinheira, a oferta de merenda escolar é constante, sendo basicamente composta por frutas, macarrão e carne, mingais etc. Ocorre a indisponibilidade apenas quando a rede da SEDUC não fornece para todo o município, o que já aconteceu algumas vezes. Nestes casos as aulas são mantidas, mas muitas crianças, principalmente no período matutino, acabam rendendo menos nas atividades escolares ou até mesmo passam mal durante a aula.

A refeição bastante saborosa é apreciada por todos nas instalações da escola (Figura 3 e 4). Há muitos anos na mesma escola, a profissional da cozinha relatou que nos períodos matutino e noturno o consumo é maior; no vespertino os jovens, turmas de 7º a 9º anos, passam a ter vergonha de comer na escola e apenas aqueles em estado de vulnerabilidade continuam se alimentando.



Figura 3 e 4 - pátio e refeitório  
Autoria: Alessandra Lira, 2018.

Segundo Levy et al (2009), em estudo realizado para o Departamento de Medicina Preventiva da USP, os estudantes das escolas públicas e privadas brasileiras, do 9º ano do Ensino Fundamental, apresentam comportamentos alimentares pouco saudáveis, pois substituem itens *in natura* por embutidos, açucarados e industrializados, havendo, porém, “associação direta entre nível socioeconômico e hábito de realizar as refeições com os pais(...)” (LEVY et al, 2009, p.11). Portanto, a observação feita pela merendeira da escola evidencia como os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica tentem forçosamente a manter o hábito de comer a merenda oferecida na escola mesmo na adolescência.

Por fim, em busca de um diagnóstico mais completo da dinâmica escolar, questionou-se a bibliotecária sobre a utilização do acervo por parte dos estudantes e professores, a qual informou que pela manhã os professores não fazem uso do acervo, apesar da instituição contar com obras de pesquisa em nível superior e em todas as áreas do conhecimento. Quanto aos estudantes, nas séries iniciais, até o 7º ano, há certa procura; entre 30/50 retiradas por mês e uso frequente do espaço para leitura, principalmente por aqueles que precisam esperar seus responsáveis em dia de saída antecipada.

### 1.3. Sobre Gestão e Pedagogia

Realizou-se o contato com as pedagogas dos turnos matutino e vespertino. Observa-se que não há impeditivos para o diálogo e os estudantes demonstram liberdade para procurá-las para tratar questões disciplinares ou particulares. Existe uma hierarquização entre professores, pedagogos e gestora, no processo de solução de conflitos. O professor conselheiro de turma é o primeiro suporte pedagógico. Se algum outro professor tem alguma dificuldade disciplinar, deve primeiramente contatá-lo. Caso não solucione o problema em questão, segue-se para a pedagoga que tomará as medidas cabíveis, e, como último recurso, aciona-se a gestão. A gestão democrática demanda tal esforço compartilhado, visto que:

Uma forma de conceituar a gestão é vê-la como um processo de mobilização da competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos de sua unidade de trabalho, no caso, os objetivos educacionais. (LUCK, 2017, p.14).

Sobre a comunidade, a pedagoga sempre atende aos responsáveis e, em algumas ocasiões, ex-alunos que desejam resolver pendências administrativas. Seu trabalho é bastante complexo, pois divide-se entre funções obrigatórias e outras diversas atividades para suprir a falta de outros profissionais, como assistentes sociais e psicólogos.

Em virtude do estado de vulnerabilidade do público escolar, não é comum situações de jovens usuários de drogas (a partir dos 6º anos), casos de abuso sexual e problemas psicológicos, como depressão e descontrole da raiva. As Coordenadorias de Educação, segundo a pedagoga, possuem um profissional de psicologia para atender mais de 30 unidades escolares, sendo praticamente impossível receber a assistência necessária. Assim, professores e os demais profissionais desempenham todos os papéis necessários a manutenção de um ambiente tão saudável quanto for possível.

Na orientação educacional, a pedagoga busca trabalhar com professores e estudantes em parceria, no intuito de compreender a realidade e a necessidade de cada um; suas características e possíveis dificuldades de aprendizagem.

Das parcerias, podemos citar a da Polícia Militar, que realiza palestras referentes ao projeto João e Maria, cujo foco é o combate à violência de crianças, adolescentes, mulheres



e idosos, e o Serviço de Pronto Atendimento do SUS Joventina Dias, que fica ao lado da escola e realiza palestras sobre às doenças epidemiológicas e outras questões relacionadas a saúde coletiva.

A relação da pedagoga com a gestora se dá de maneira harmônica. Ambas exercem suas funções em concordância, em prol de uma administração educacional eficiente, que busca uma interação com os estudantes e suas problemáticas, em um contexto social complexo.

Como projetos facilitadores, são empregadas estratégias como a comemoração de datas especiais, chamadas de Horas Cívicas, numa proposta de transversalidade. Outros projetos desenvolvidos na escola, segundo o PPP, são o Agente da Escola, que tem como atributos o trabalho desenvolvido em educação ambiental e é coordenado por professores que assessoram seus alunos por meio de informações, sessões de estudos e realizam o trabalho de extensão na comunidade, e o Programa Mais Educação, criado pela portaria interministerial nº 17/2007, que aumenta a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades agrupadas em macrocampos. Este programa foi demarcado inicialmente para atender escolas que apresentam baixos resultados no IDEB (Índice de Desenvolvimento na Educação Básico).

Há também o programa Ame a Vida, que aborda a questão da violência, uma das preocupações da escola dado as problemáticas da comunidade em que está inserida. O projeto teve origem a partir de encontros de sensibilização com a Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania (SEAS), a qual abordou temas relacionados à violência e a comunidade não violenta. E por fim o programa de correção de fluxo escolar nos anos finais de ensaio fundamental – Projeto Avançar fases 3 e 4.

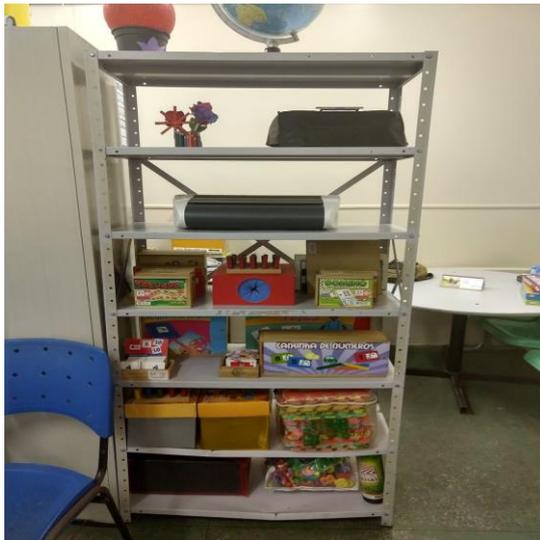
Segundo a gestora, após o colapso administrativo do último Governo do Estado, que chegou à cassação do governador José Melo de Oliveira (TSE, 2017), muitos programas foram cancelados, podendo a escola mantê-los, com algum caixa que havia, nos primeiros meses do ano de 2018. A única atividade presenciada foi o Programa Mais Educação, uma iniciativa Federal, que renovado – agora Novo Mais Educação -, pela portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 17/2017, tem por finalidade contribuir para a alfabetização, letramento e melhoria no desempenho em língua portuguesa e matemática, reduzir a evasão, a reprovação e a distorção de série, ampliar o período de estadia na escola, auxiliando, assim, na melhoria da aprendizagem nos anos iniciais e finais - 3º e o 9º ano do Ensino Fundamental (MEC, 2017).

Funciona como um reforço escolar, em contraturno, nas disciplinas de português e matemática, além de desenvolver atividades na área de linguagens, como música e esportes. São professores contratados com verba específica e, no caso da escola Waldemiro Perez Lustoza, as aulas são realizadas na Sala de Recursos. Esta é uma questão que merece atenção.

Os estudantes selecionados para o programa são, em sua maioria, aqueles com problemas disciplinares, os quais acabam dividindo o espaço com os estudantes com Necessidades Educativas Especiais (NEE). A sala tem o tamanho padrão, com capacidade para 50 carteiras que, no entanto, está dividida com armários metálicos cheios de materiais didáticos específicos para pedagogias inclusivas (atividades táteis, visuais, tintas, papéis etc.). De um lado ficam carteiras e um quadro branco, para atender ao Programa Novo Mais Educação, e do outro uma mesa redonda com quatro cadeiras (Figura 5), um freezer e mais armários (Figura 6), para atender os estudantes NEEs.

Fora da Sala de Recursos a inclusão não ocorre. Como descrito pela professora especialista em Educação Especial responsável por este espaço, e observado na didática dos

professores, em especial nas aulas de Geografia, o estudante NEE acaba participando pouco da dinâmica da sala, não havendo uma preocupação com adaptações das atividades e assuntos. Os demais profissionais demonstram acreditar que os trabalhos realizados no contraturno devam promover a alfabetização e a aprendizagem dos conhecimentos do ano letivo, papel este que a professora foi enfática em refutar.



Figuras 6 e 7 – materiais didáticos da sala de recurso

Autoria: Lira, 2018.

#### 1.4. Sobre corpo estudantil

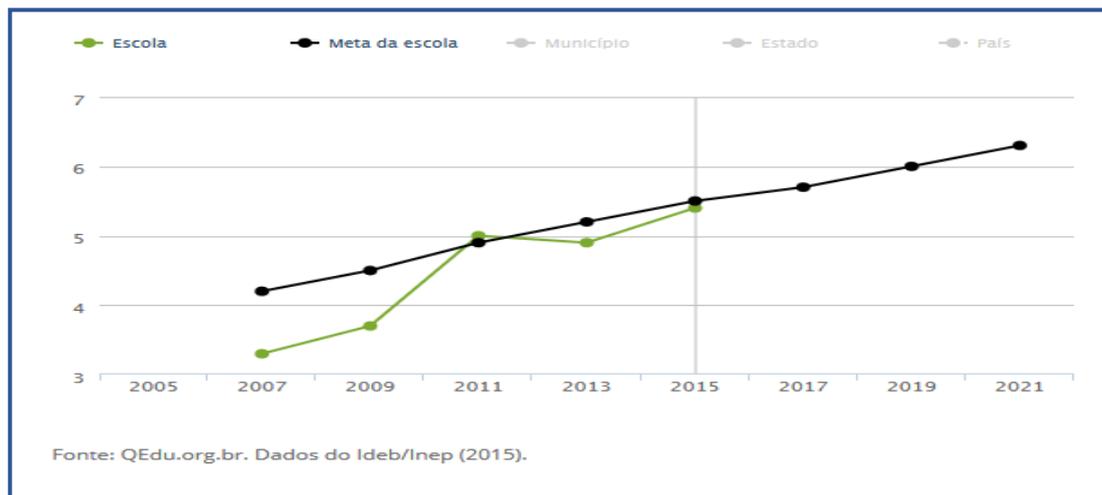
O Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (IDEB), criado em 2007 pelo Inep, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, é calculado, com base no Censo Escolar, considerando o aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e o fluxo escolar (taxa de aprovação), cuja meta, a ser alcançada até 2022, é 6,0. As políticas públicas de intervenção, por meio de programas educacionais, ocorrem em face a este índice. No ano de 2015, a Escola Estadual Waldemiro Peres Lustoza recebeu nota 5,4 (QEDU, 2018), abaixo da meta, mas acima dos anos anteriores (Gráfico 1), com possibilidades de atingir 6,0 dentro do prazo.

O índice de aproveitamento dos anos iniciais do Ensino Fundamental, 5º ano, foi de 31% para Matemática e 47% para Língua Portuguesa, ficando oito e três pontos percentuais, respectivamente, abaixo da média nacional. Nos anos finais, 9º, a situação fica bastante crítica. Com 0% em Matemática e 5% em Língua Portuguesa, a escola fica 13% e 25%, respectivamente, abaixo da média nacional. Uma forma de tentar compreender estes resultados é por meio da análise do questionário socioeconômico aplicado juntamente com a Prova Brasil 2015. Com ele é possível produzir um perfil do corpo estudantil, através de questões de cunho sociocultural, econômico, sobre o cotidiano do estudante, sua trajetória, incentivos e deveres quando aos estudos.

Em 2015, foram aplicados 129 questionários para o 5º ano, dos quais 113 foram validados. Neles descobrimos que 62% dos estudantes moram com mais de 5 pessoas, sendo que 68% vivem em residências com dois quartos ou menos. 47% não tem computador que possa auxiliar nos estudos e apesar de 100% declarar que os pais incentivam os estudos,

52% declararam não saber até que ano o pai estudou e 45% não soube responder em relação a mãe, mas quase 90% declararam viver com a mãe e/ou com o pai.

Gráfico 1 – Evolução e projeção IDEB da E.E. Waldemiro Peres Lustoza.



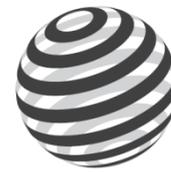
Fonte: QEdu.org.br.Dados do Ideb/Inep, 2015. Org. Lira 2018.

Os dados estatísticos apontam que a urbanização desigual, na constituição do bairro apresentada no diagnóstico socioespacial, evidencia uma interrelação na herança de privações emocionais e materiais destes estudantes e o rendimento apresentado na escola. Não há ambiente adequado para que a criança dedique algum tempo de estudo em casa; a falta de acesso à internet por meio de um computador pessoal também é prejudicial, tendo em vista que a escola em questão possui apenas dois computadores, não podendo fazer sua adequada inserção do mundo digital.

Para os anos finais, dos 70 questionários aplicados, 43 foram validados. Um primeiro índice interessante é a porcentagem de estudante do sexo feminino. Enquanto nos anos iniciais a porcentagem é bastante equivalente, quase 50% de cada, no 9º o número de meninas é bastante superior, 67%. A porcentagem de pessoas por residência pouco se modifica, 56%, e o número de quartos também, 67% até dois quartos e 56% declaram não ter computador em casa. Um índice que pode nos dar uma pista na queda expressiva nas avaliações do Ideb dos anos iniciais para os finais é o fato de 55% declararem não morarem com pai ou outro homem responsável e 37% declararem não morarem com a mãe ou outra mulher responsável.

De certo, o esfacelamento do núcleo familiar, que prejudica o aproveitamento escolar destes estudantes, levando até ao abandono escolar, pode estar relacionada a diversos fatores, familiares, socioemocionais, dentro outros. No entanto, o diagnóstico socioespacial, ao mapear alguns destes problemas, pode antecipar uma proposta de intervenção que mantenha este estudante na escola. Quando 40% dos estudantes declaram ter abandonado a escola ao menos uma vez e 24% mais de uma é preciso buscar mecanismo para mudar essa realidade.

A cidade como produto da natureza humana, cuja essência está para além dos equipamentos urbanos e recursos administrativos, é uma unidade geográfica, mas também ecológica, a qual, envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõe, revela-se num



tipo de ecologia construído por forças diversas que atuam no limite da comunidade (PARK, 1967) e sendo “a educação (...) uma fração do modo de vida dos grupos sociais que criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade.” (BRANDÃO, 1981, p. 10), num ambiente repleto de conflitos, como é o caso da escola desta experiência de estágio, a geografia do bairro pode esclarecer muitos problemas que estão dentro dos muros.

A geografia física, a espacialização dos equipamentos urbanos, bem como a localização dos setores e atividades econômicas condicionam a distribuição da população dos bairros e os públicos escolares. As resistentes relações de vizinhança estabelecidas com o tempo e pela segregação de grupos aliados pelas semelhanças e necessidades, por sua inviabilizam muitas intervenções tentativas da escola em transformar os estudantes em sujeitos críticos, pois mantem os processos históricos vivos, sendo a base do controle político coletivo.

Não obstante, a luz da pedagogia libertária, a educação deve estar afinada com o interesse maior de contribuir para a transição de uma “sociedade fechada” (FREIRE, 1979) para uma sociedade mais aberta, mais democrática. Uma educação que contribua para uma sociedade mais aberta e democrática, tem que se fundar no diálogo, numa relação horizontal, em que os estudantes, além de ouvir, trazem inquietações, críticas, e, principalmente, uma série de conhecimentos adquiridos em suas vivências fora da escola. Mesmo que estas vivências sejam conflituosas, a escola pode estar preparada para mediá-las.

## **2. Da teoria à prática: quando na prática a teoria é outra**

Nos primeiros dias de Estágio Supervisionado, observou-se a dificuldade de comunicação entre a professora e as turmas, a qual tem o hábito de bater na mesa como estratégia para impor autoridade e retomar a atenção das turmas. Prática pouco eficiente, pois rapidamente a turma volta a desordem, assumindo uma postura desafiante.

As aulas de Geografia são limitadas ao uso do livro didático e a cópia de conteúdos da lousa, apesar da escola contar com materiais didáticos, como globos terrestres e livros da disciplina e interdisciplinares. A quantidade excessiva de estudantes por sala, em média 50 alunos, é um dos fatores limitantes, pois algumas atividades tornam-se inviáveis, como, por exemplo, uma prova oral realizada com o tema Divisão Regional do Brasil cuja aplicação ocupou o tempo de três aulas por turma, ocasionando um atraso significativo na aprendizagem de outros conhecimentos.

Cumprir destacar os espaços das salas de aulas. Bastante reduzidos e fechados, pintados de bege, inclusive as janelas, impossibilitando que os estudantes possam observar o que se passa do lado de fora. As portas possuem grades para que não saiam facilmente sem permissão (Figuras 8 e 9). A divisão é feita por números, sendo as primeiras turmas as mais fáceis de se trabalhar. Quanto maior o número, maior a quantidade de estudantes desperdiçados, considerados indisciplinados ou com déficits de aprendizagem.

Alguns estudantes demonstraram bastante desconforto na forma como as aulas eram conduzidas. Com frequência, ocorriam arguições coletivas, sobre indisciplina, descomprometimento, sem que houvesse a valorização das boas ações. Em entrevistas, descobriu-se que muitos estudantes não sabem exatamente o que devem aprender em Geografia; outros alegam ter dificuldades, pois são ruins de memória e não conseguem decorar os conteúdos e alguns declararam gostar da disciplina, mas gostariam que fosse mais dinâmica.

Em sala, testemunham-se hostilidades entre os estudantes resultado de fatores exógenos e endógenos. Em uma dessas ocasiões, um grupo de três meninos exprimiram ofensas a colega de turma, chamando-a de “pé molhado”. Eles se referiam ao fato de a jovem morar nas palafitas da Ponta do Ismael, a periferia do bairro já mencionada. A geografia não está entrando no espaço escolar, apenas suas teorias estão. Uma seleção de ideias despejadas nos estudantes que não sabem o que fazer com elas, pois não encontram referência em sua existência. Cenas como a descrita poderiam ser evitadas a medida em que os eles compreendessem as desigualdades urbanas e a construção socioespacial do bairro.



Figuras 8 e 9 – porta das salas e parte externa (destaque para janelas pintadas) das salas de aula.

Autoria: Lira, 2018

### 3. Mas, então, o que fazer?

A escola, seja vista como aparelho ideológico do Estado, seja como instrumento de emancipação e autonomia, traz em sua essência a capacidade de construir concepções de mundo. Enquanto ser socialmente constituído, é na relação com as produções imaginárias e materiais que permeiam sua realidade que o homem se faz, se tornando, portanto, produtor e reproduzidor de corpos ideológicos que reforçam ou negam paradigmas elaborados em determinado tempo e espaço. É nessa não linearidade que o docente deve atuar, buscando brechas que se tornem princípios de mudanças.

A partir destas premissas, durante os trinta dias desta experiência de estágio, e nos momentos de regências para o ES, buscou-se aplicar metodologias ativas, com aulas dialogadas, nas quais o estudante se sentisse à vontade para o debate. Ao invés de utilizar a lousa, foram realizadas leituras coletivas dialogadas, destacando os conceitos-chave, os quais eram repetidos para possibilitar a anotação. Essa estratégia auxiliou àqueles com dificuldades para manter atenção e possibilitou aos demais o reforço do que foi aprendido.

O diagnóstico indicou a necessidade de se debater temas como violência urbana, exclusão social, processos e dinâmicas que conformam identidades territoriais, em virtude de uma produção territorial do bairro marcada por desigualdades e violências materiais e



simbólicas. A vivência em meio ao conflito do tráfico de drogas e a polícia, a segregação e estigmatização foram assimiladas por estes jovens e se refletem no ambiente escolar.

Sejam individuais ou coletivas, as atividades sociais capacitam o ser humano a conhecer, atuar e desenvolver suas territorialidades neste mundo, quando a mediação pedagógica, orientada pelo conhecimento adquirido através do diagnóstico socioespacial, permite ao professor apresentar ferramentas interpretativas aos seus estudantes, estes serão capazes de expandir seus horizontes perceptivos e cognitivos, haja vista que “o desenvolvimento de um modo de pensar geográfico mais abrangente e abstrato requer, pois, a formação de conceitos.” (CAVALCANTI, 2005). Temas transversais, como solidariedade, respeito e corpo: matriz da sexualidade também ganham destaque se confrontarmos os relatos sobre violência sexual, depressão, dentre outras problemáticas relacionadas a saúde mental.

Como estratégia de controle da sala e manutenção da autoridade, evitando a reprodução das tensões vividas fora dos muros, utilizou-se da locomoção pelo espaço e uso da palavra-chave *Atenção* (previamente combinada com as turmas) para controle dos ruídos durante as regências. No avançar dos dias, as turmas ficaram mais interessadas e passaram a participar, ainda assim, alguns minutos das aulas eram sempre perdidas na tentativa de acalmar os ânimos. As salas superlotadas prejudicam muito o processo de aprendizagem.

Uma intervenção pedagógica, facilitada pelo diagnóstico socioespacial, foi a elaboração de mapas mentais. A proposta consistiu que cada estudante produzisse um mapa do caminho de casa até a escola, solicitando que representassem todos os pontos importantes no caminho, as vias públicas e outros elementos que fossem importantes, inclusive os pontos perigosos com os quais já estavam familiarizados. De escala eles utilizaram os próprios passos.

Os resultados foram muito interessantes. Alguns descreveram com certo grau de precisão as vias públicas, enquanto outros focaram em estabelecimentos e residências. Alguns focaram nas praças e campos, nos quais realizavam atividades de lazer, e outros nos pontos de drogas e locais cujo trânsito devia ser evitado.

O objetivo desta atividade foi demonstrar aos estudantes que técnicas de espacialização representam muito mais do que apenas pontos de referência no mapa, mas também um mundo vivido a ser compreendido e interpretado, e apenas quando se desenvolve a capacidade de enxergá-lo é possível revelar a geograficidade da relação homem-mundo (NOGUEIRA, 2020). Com isto, eles puderam enxergar as problemáticas e as belezas do local que habitam para começar a construir uma visão crítica e cidadã. Pretende-se que o imaginário do bairro baseado na violência seja aos poucos desconstruído, fazendo com que estes estudantes enxerguem as possibilidades de intervenção em que eles, como atores da própria realidade, podem agir.

Para os 7º anos, foi elaborada uma aula de Geografia da População. Foram abordados os conceitos de população absoluta, população relativa/densidade demográfica, povoado, populoso, taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de fecundidade; Crescimento populacional; Declínio do crescimento populacional; Panorama da população brasileira: pirâmide etária.

A metodologia foi a mesma aplicada ao sexto ano, porém aqui foi exigida uma maior participação da turma no que refere a reflexão. Cada trecho do livro, lido coletivamente, era comentado por um estudante. Questionam-lhes sobre seus familiares, quantos irmãos e irmãs tinham, tios e tias, primos e primas, foi possível aproximar o conteúdo a realidade, partindo



do pressuposto que o sucesso na aprendizagem reside na capacidade dos estudantes interpretarem, relacionarem, transformarem o conhecimento com vistas a aplicarem em suas vidas (FREIRE, 1996).

Discutiu-se questões socioeconômicas relacionadas ao crescimento populacional de países, cidades e bairros com problemáticas sociais, do ponto de vista das políticas públicas de saúde e educação, além de como a religião como fator de influência na constituição familiar. Essa aproximação gerou questionamentos e uma boa parte da aula voltou-se a reflexão destes.

Por fim, foi solicitado que elaborassem uma árvore genealógica, tendo como ponto de partida a geração dos avós até a sua, assim, poderíamos verificar o aumento ou diminuição da taxa de fecundidade na família. Apesar da percepção comum de que as famílias nos bairros mais pobres têm mais filhos, descobriu-se, pela pesquisa dos estudantes, que as gerações mais recentes estão reduzindo o número de filhos, o que os deixou bastante curiosos.

Observou-se não haver compreensão de conceitos como planejamento familiar, exclusão, desigualdade social e preconceitos de classe, demonstrando que os programas elencados no diagnóstico não atendem as necessidades reais destes jovens. É preciso reformular o PPP, incluindo novas temáticas a serem trabalhadas inclusive pelos parceiros. O SPA Joventina Dias, por exemplo, poderia atuar com propostas de educação sexual e prevenção à gravidez na adolescência, bem como abordar questões sanitárias, tendo em vista o histórico do bairro de mortalidade infantil.

Todo o trabalho de elaboração dos conteúdos e atividades foi plenamente recompensado quando a professora titular informou que uma das estudantes, cuja adicção é um fator complicador, disse ter gostado das aulas novas. “Um conhecimento só é pertinente na medida em que se situe num contexto. A palavra polissêmica por natureza adquire seu sentido uma vez inserida no texto. O texto em si mesmo adquire seu sentido em seu contexto (...)” (MORIN, 1999, p. 42), assim, uma Geografia que atenda às necessidades da juventude na atualidade, precisa se afastar de metodologias decorativas do passado. É fundamental que o professor aprenda a contextualizar estes conteúdos, transpondo para a realidade do estudante e considerando toda a sua complexidade.

### **Considerações Finais**

A experiência obtida com o Estágio Supervisionado orientada pelo diagnóstico socioespacial possibilitou compreender os desafios vivenciados e planejar caminhos para alcançar vitórias pedagógicas, o que demonstra como o empenho da unidade escolar em conhecer a comunidade na qual está inserida não é uma mera exigência legal, mas uma necessidade que facilita a atuação do corpo docente e gestor, podendo trazer ganhos significativos aos estudantes.

A construção da autonomia no processo ensino-aprendizagem perpassa todas as esferas institucionais, sendo a gestão democrática uma “nova forma de gerenciar a educação, deixando para trás o autoritarismo que predominava na época do governo militar e que até hoje interfere diretamente na forma de pensar e agir de algumas pessoas” (RIBEIRO, 2007, p.5), em especial dos profissionais da educação. É importante que a gestão da escola, em parceria com o corpo docente, busque alternativas que facilitem o processo, e o diagnóstico socioespacial pode ser um mecanismo importante.



Em face as demandas da atualidade, a BNCC e Novo Ensino Médio exigem cada vez a construção de um planejamento que mobilize esforços para atender aos projetos de vida dos estudantes. Como materialização destes objetivos, o PPP orientado por esta ferramenta tem o potencial de ser mais efetivo, visto que representará um mundo vivido e não apenas os reflexos que entram na escola, auxiliando na definição de caminhos para a formação de cidadãos críticos a partir de propostas concretas.

A ciência geográfica nos ajuda a compreender não somente o espaço que nos rodeia, a superfície terrestre e suas dinâmicas, mas, principalmente, orienta o ser humano para que possa, através desta compreensão, ocupá-lo, delimitá-lo, separá-lo, preservá-lo. Sua articulação com a realidade não se constitui numa proposta pedagógica, mas numa prerrogativa, tendo em vista seu objeto. Desse modo, na educação, suas possíveis contribuições têm sido ignoradas.

Em apenas trinta dias foi possível observar e fazer o levantamento de dados fundamentais à compreensão de diversos comportamentos reproduzidos no espaço escolar, que tem sua gênese na comunidade. Se a cada biênio, ao menos, um diagnóstico socioespacial fosse elaborado para orientar o trabalho e identificar pontos fortes e fracos da unidade, alguns avanços serão alcançados.

A Escola Estadual Waldemiro Peres Lustoza é apenas uma das realidades existentes, cada unidade identificará características únicas na comunidade, mas mudança ética dos sujeitos apenas será possível quando encarada como pilar da Educação e precisamos buscar mecanismos para combater as anomalias geradas por uma sociedade desigual ou desistiremos e nos tornaremos meros reprodutores dela.

### Referências Bibliográficas

- BRANDAO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 22/06/2018.
- BRASIL. **Decreto Executivo nº 6.949/2009**. Brasília, DF: Casa Civil, ago.2009. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em: 22/06/2018.
- BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186/2008**. Brasília, DF: Senado Federal, jul.2008. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm)>. Acesso em: 22/06/2018.
- BRASIL. **Lei de diretriz e Bases da educação Nacional**. 1996.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Quarta versão. Brasília: MEC/SEB, 2017.
- BRASIL. **Decreto Executivo nº 7.611/2011**, Brasília, DF: Casa Civil, nov.2011. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm) >. Acesso em: 22/06/2018.
- BRASIL. **Lei nº 13.146/2015**, Brasília, DF: Casa Civil, jul. 2015. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm) >. Acesso em: 22/06/2018.



CAVALCANTI, Lana de Souza **Cotidiano, mediação pedagógicos e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de geografia.** Cad. Cedes, Campinas, v.25, n.66, p 185-207, 2005.

FIGUEIREDO, Walney Freitas. **A história do bairro Compensa: invasão ou necessidade.** Manaus: Muiraquitã, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997  
\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOOGLE EARTH. **Sistema de informações geográficas.** 2018.

GUGLIELMINI, Luiza Angélica Oliveira. **Manaus à beira-rio: a produção e reprodução do espaço urbano.** Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, p.220, 2005.

LEVY, Renata Bertazzi et al. Consumo e comportamento alimentar entre adolescentes brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2009. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 3085-3097, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** Cortez Editora, 2017.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola.** Editora Vozes Limitada, 2017.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli EDA. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** 1986. Disponível em <<http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep145/pesq.htm>>. Acesso em: 20/06/2018.

MANAUS AMBIENTAL. **Mapa de cobertura de esgoto.** Disponível em: <<http://www.manausambiental.com.br/mapa-de-cobertura-de-esgoto>>. Acesso em: 21/06/2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Nota Técnica nº14/2014**, 2014. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download)> Acesso em: 22/06/2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Programa Novo Mais Educação**, 2017. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>>. Acesso em: 20/06/2018.

MORIN, Edgar et al. **Os setes saberes necessários à educação do futuro.** Cortez Editora, 2014.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. GEOGRAFIA E A EXPERIÊNCIA DO MUNDO. **Geografia**, v. 45, n. 1, p. 9-23, 2020.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. **O fenômeno urbano**, v. 4, p. 13-28, 1979.

QEDU. **Dados do Ideb por escola.** Disponível em: < <http://www.qedu.org.br/escola/2794-ee-waldemiro-peres-lustoza/aprendizado>>. Acesso em 18/06/2018.

RIBEIRO, Adriano. **A gestão democrática do projeto político-pedagógico na escola pública de educação básica.** Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Disponível em: [http://www.prismaedu.com/campus\\_virtual/aulas/7189\\_05.pdf](http://www.prismaedu.com/campus_virtual/aulas/7189_05.pdf) Acesso em, v. 15, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma nova geografia.** São Paulo: Hucitec, 2008.



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS - SEDUC AM. **Lista das escolas estaduais da capital e interior.** Disponível em: <<http://www.educacao.am.gov.br/institucional/escolas/>>. Acesso em: 10/05/2018.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS – SSPAM. (Org.) NASCIMENTO, Antonio Gelson de Oliveira. **Diagnóstico da criminalidade 2012: Estado do Amazonas.** 2013. Disponível em: <<http://www.ssp.am.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/Diagnostico-da-Criminalidade-2012-Estado-do-Amazonas.pdf>>. Acesso em: 28/05/2018.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS – SSPAM. **Ação conjunta resulta na prisão de filho do narcotraficante “Zé Roberto da Compensa”.** set./2016. Disponível em: <<http://www.ssp.am.gov.br/acao-conjunta-resulta-na-prisao-de-filho-do-narcotraficante-ze-roberto-da-compensa/>>. Acesso em: 28/05/2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE- SEMSA. **Mapa casos de Zika vírus notificados,** 2016. Disponível em: <<http://www.fvs.am.gov.br/index.php/noticias/385-mapa-aponta-quatro-bairros-com-alto-incidencia-do-virus-da-zika-em-manaus>>. Acesso em: 21/06/2018.

SEPLANCTI. **Mapa da população por bairro de Manaus.** Disponível em: <[http://www.seplancti.am.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/POPULAcAO\\_MAO\\_25FEV.pdf](http://www.seplancti.am.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/POPULAcAO_MAO_25FEV.pdf)>. Acesso em: 15 de maio/2018.